



**Manual do questionário de Risco Socioambiental – Indústria, fábrica, comércio e prestação de serviços.**

1. A área de produção, do proprietário e/ou de construção refere-se à Área de Preservação Permanente (APP), a qual está sujeita à área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, estabilidade geológica e biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, como definido na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012?

*Comentário:* a Área de Preservação Permanente (APP) é natural intocável, com rígidos limites de exploração, ou seja, não é permitida a sua exploração econômica direta. A APP destina-se a proteger solos, matas, recursos hídricos, estabilidade da biodiversidade e outros, com objetivo de preservar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A questão refere-se ao risco de descumprimento da Lei nº 12.651, ao realizar atividades econômicas em APP.

2. As atividades estão sujeitas ao licenciamento ambiental?

*Comentário:* de acordo com a Resolução Conama 237 de 1997, licenciamento ambiental é o procedimento no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. Na Resolução, também estão listadas atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

3. Se sim, declara possuir todas as licenças ambientais necessárias vigentes?

- 3.1. Se sim, especifique quais licenças:

- 3.2. Se não, descreva quais licenças possui e quais licenças estão pendentes de obter:

*Comentário:* nesta questão, o associado/cliente deverá informar quais licenças possui. Caso a resposta da questão do item 2 for negativa, responder *não se aplica*. A questão refere-se ao risco de descumprimento da Resolução Conama 237, ao realizar atividades econômicas sem licenciamento ambiental.

4. Na execução das atividades, na área de produção, do proprietário e/ou de construção serão gerados resíduos tóxicos, resíduos de serviços de saúde ou utilizadas substâncias tóxicas?

- 4.1. Se sim, descrever as informações abaixo:

- a) destinação dos resíduos tóxicos, farmacêuticos e radioativos:
- b) destinação de águas residuais:
- c) destinação de combustíveis, pesticidas e outros químicos:



## Manual de Instruções Gerais (MIG) – Risco Socioambiental

### Anexo III.2

*Comentário:* caso a resposta seja afirmativa, deverá ser informado como será realizada a destinação/descarte dos resíduos ou substâncias tóxicas. As respostas da questão permitirão verificar os riscos de poluição na destinação/descarte dos resíduos ou substâncias tóxicas.

5. A área de produção, do proprietário e/ou de construção está ou já esteve contaminada e/ou degradada?

*Comentário:* caso a resposta seja afirmativa, informar se esta questão foi remediada, se está em andamento ou se não foi iniciada. Nas duas últimas hipóteses, informar o custo para realizar a remediação e prazo de conclusão.

6. O uso de água na área de produção e/ou construção infringe as normas de utilização de recursos hídricos, conforme a Lei nº 9.433 de 1997?

*Comentário:* A Lei nº 9.433 de 1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos com objetivo, dentre outros, de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. O artigo 49, da referida lei, descreve as infrações na utilização de recursos hídricos, conforme segue:

*“Art. 49. Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:*

*I - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;*

*II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;*

*III - (VETADO)*

*IV - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;*

*V - perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;*

*VI - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;*

*VII - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;*

*VIII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.*

*Comentário:* Dessa forma, ao responder esta questão, o associado/cliente deverá ter conhecimento das infrações descritas na Lei, a fim de informar se há risco de interrupção, penalidades, embargo de áreas por órgãos reguladores/fiscalizadores.



## Manual de Instruções Gerais (MIG) – Risco Socioambiental

### Anexo III.2

7. Nos últimos cinco anos, as atividades da empresa ou do produtor rural foram objeto de inquérito, multa ou auto de infração relacionado às questões ambientais?

- 7.1. Se sim, informar o motivo, data e valor. Informar também as medidas tomadas.

*Comentário:* recomendamos observar na Plataforma de Atendimento no Sisbr 2.0 se o associado/cliente possui anotação por crime ambiental (Pessoas autuadas por crime ambiental - código 118).

8. Foi autuado ou processado por algum órgão público quanto ao trabalho escravo e/ou infantil, nos últimos cinco anos?

- 8.1. Se sim, informar o motivo, data e valor. Informar também as medidas tomadas.

*Comentário:* Recomendamos observar na Plataforma de Atendimento no Sisbr 2.0 se o associado/cliente possui anotação por trabalho escravo e/ou infantil (empregadores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga a de escravos ou infantil - código 511).

9. As medidas trabalhistas de saúde, segurança e condições de trabalho são satisfatórias/adequadas?

*Comentário:* nesta questão, o associado/cliente deverá considerar se as condições de trabalho minimizam ou anulam, quando possível, os riscos à saúde e segurança dos trabalhadores.

10. Na execução das atividades, existe a necessidade de desapropriação/deslocamento da população e/ou possibilidade de protestos, processos ou representações contra?

*Comentário:* esta questão refere-se ao risco de interrupção, penalidades, embargo de áreas por órgãos reguladores/fiscalizadores.